

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO COM JOVENS RURAIS EM FORMAÇÃO TÉCNICA

Letícia Fátima de Azevedo¹ e Rosani Marisa Spanevello²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as concepções e as práticas ambientais de jovens rurais em formação técnica. A coleta de dados foi realizada em dezembro de 2009, por meio de questionários individuais aplicados a 26 jovens que cursam Técnico em Agropecuária na Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste, em Santa Rosa/RS. Os resultados permitem concluir que os jovens pesquisados mostram-se preocupados com os assuntos relacionados à sustentabilidade ambiental, adotando práticas sustentáveis, visando a minimizar os impactos ambientais e com possibilidade de contribuir para um desenvolvimento rural sustentável de forma mais acentuada que nas gerações anteriores.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Jovens rurais. Sustentabilidade. Recursos naturais.

ENVIRONMENTAL CONCEPTS AND PRACTICES: A STUDY WITH YOUNG FARMERS IN TECHNICAL TRAINING

Abstract: This paper aims at analyzing the environmental concepts and practices of young farmers in technical training. Data collection was performed in December 2009, through individual questionnaires filled in by 26 young farmers who attend the course Farming and Cattle Raising Technician at Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (a state school in the Northwest Frontier) in Santa Rosa/RS. The findings suggest that the young people surveyed are concerned with matters related to environmental sustainability, adopting sustainable practices, seeking to minimize environmental impacts and with possibilities of contributing to sustainable rural development in a more pronounced way than the previous generations did.

Keywords: Family Agriculture, Young Farmers, Sustainability, Natural Resources.

1 Graduanda em Zootecnia – Centro de Educação Superior Norte RS/CESNORS – Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. E-mail: letiazevedo@hotmail.com

2 Prof^ª Dr^ª do Departamento de Zootecnia do Centro de Educação Superior Norte RS/CESNORS – Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Avenida Independência, 3751 - bairro Vista Alegre. CEP 98300-000 - Palmeira das Missões - RS.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é um dos temas mais discutidos na sociedade contemporânea, seja no âmbito econômico, social, ambiental, político ou cultural. Trata-se de uma discussão ampla que perpassa as mais diversas áreas do conhecimento.

Considerando a sociedade rural, a consolidação do desenvolvimento sustentável passa pela forma de como a população deste meio trabalha as atividades agropecuárias, a geração de renda, a dinâmica social e a preservação e conservação dos recursos naturais. No meio rural, a perspectiva do desenvolvimento sustentável tem mais chances de se consolidar em regiões de predomínio de produção diversificada, como é o caso das regiões em que se concentram os agricultores familiares (MENEGETTI, 2010).

Nesse sentido, as possibilidades de construção de um desenvolvimento sustentável com base na conservação e manutenção dos recursos naturais passa pelas concepções e ações das novas gerações de agricultores. São os novos agricultores que detêm a responsabilidade de manter os recursos naturais no longo prazo produzindo com base em sistemas produtivos mais sustentáveis.

Este artigo tem como pano de fundo a relação entre agricultura familiar e sustentabilidade. De maneira mais específica, correlaciona a sustentabilidade ambiental e as novas gerações de agricultores familiares. A análise centra-se nas concepções sobre questões que envolvem sustentabilidade ambiental. Retrata também as práticas sustentáveis que contribuem para minimizar os impactos ambientais, principalmente aquelas que são desenvolvidas ou que serão desenvolvidas pelos jovens nas propriedades em que atuarão como agricultores, para contribuir com a minimização dos impactos ambientais.

O objetivo é compreender a relação dos jovens em formação técnica, com as questões ambientais das propriedades rurais e do meio rural como um todo. De maneira mais específica, este artigo busca: a) examinar a compreensão dos jovens sobre o termo desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental; e b) identificar quais práticas ambientais são ou serão implementadas pelos jovens nas propriedades rurais em que atuarão como agricultores.

O artigo é composto de uma revisão bibliográfica de dois temas centrais. O primeiro trata de discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável. O segundo está relacionado a nova geração de agricultores familiares, à agricultura familiar, à saída ou permanência destes no campo e à importância dos jovens como atores na promoção de uma sociedade rural mais sustentável.

Os resultados estão descritos em três tópicos: caracterização dos jovens em estudo, análise das concepções ambientais e práticas ambientais adotadas pelos jovens nas propriedades. E, por fim, são apresentadas as principais conclusões do artigo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os jovens entrevistados pertencem a duas turmas que cursam o Técnico em Agropecuária na Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste, localizada no município de Santa Rosa/RS, sendo uma turma do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade Pós Ensino Médio e outra na modalidade concomitante com o Ensino Médio.

A escolha das turmas deu-se pelo fato de os jovens estarem concluindo o processo formativo, possibilitando maior certeza se desejam ou não permanecer no meio rural. São jovens que no próximo ano estarão de volta às propriedades. Este aspecto contribui para o presente trabalho no sentido de os jovens estarem planejando e organizando as práticas sustentáveis que implementaram ou que pretendem implementar e como contribuirão ou contribuirão para o desenvolvimento rural dos seus municípios.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira foi realizada no mês de setembro de 2009, por meio de questionários individuais aplicados na própria escola a 50 jovens das duas turmas citadas. O objetivo principal foi identificar os jovens que pretendem permanecer no meio rural. O questionário foi dividido em dois blocos, tratando o primeiro das características pessoais, dados da propriedade e renda familiar e o segundo das perspectivas de ficar ou sair do meio rural. A segunda etapa foi realizada no mês de dezembro de 2009, por meio de questionários individuais aplicados somente aos 26 jovens que desejam permanecer no meio rural. As principais questões levantadas estão relacionadas às concepções ambientais desses jovens e como, as práticas ambientais que são ou serão desenvolvidas por eles.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Desenvolvimento rural sustentável

Com o surgimento recentemente de uma concepção mais ampla e integrada entre a política de desenvolvimento e a política ambiental, especialmente a partir da década de 1990, nasce o conceito de desenvolvimento sustentável. Esta é a palavra-chave que vem ocupando o centro do palco das discussões da modernidade, marcando a mudança de perspectiva, em que o equilíbrio do meio ambiente está intimamente ligado à eficiência econômica, à justiça social e à conservação dos recursos naturais, devendo este conceito ser privilegiado tanto no campo como na cidade.

Publicado pela primeira vez em 1987 no Relatório de Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Ou seja, não se pode por

meio da degradação dos recursos naturais e da poluição ambiental inviabilizar as condições vitais de sobrevivência socioeconômica das gerações futuras.

Uma das premissas do desenvolvimento sustentável é a preocupação com a participação das populações locais, visando ao atendimento das demandas efetivas dos envolvidos (SCHNEIDER, 2010), com interesse nas questões locais e globais e nas questões ambientais com base na preservação dos recursos naturais.

Em razão dos frequentes estudos do rural e das políticas públicas³ que buscam atender a população rural e principalmente o desenvolvimento deste meio, surge a necessidade da incorporação da concepção e de ações de desenvolvimento rural sustentável. Essa necessidade nasce principalmente em razão dos modelos convencionais de modernização das atividades agropecuárias muitas vezes usados de forma intensiva no meio rural, cujas principais consequências são o desgaste e a contaminação dos recursos naturais.

De maneira geral, Schneider (2010, texto digital) define o desenvolvimento rural como “um processo que visa induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem estar das populações rurais”. Já com relação ao conceito de desenvolvimento rural sustentável, além dos qualificativos assinalados por Schneider (2010), Caporal e Costabeber (2003) sintetizam seis dimensões como relevantes: cultural, econômica, política, ética, social e ambiental. A dimensão **cultural** trata dos saberes, conhecimentos, valores locais das pessoas que vivem e trabalham no meio rural. A dimensão **econômica** sintetiza que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos primordiais para fortalecer as estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A dimensão **política** são os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural; enquanto a dimensão **ética** está relacionada diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente. A dimensão **social** representa um dos pilares básicos da sustentabilidade juntamente com a dimensão ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2003), referindo-se à satisfação das necessidades básicas tais como: alimentação, moradia, emprego, educação e lazer (TOMMASINO, 2006).

Apesar da relevância das dimensões citadas acima e da compreensão que o desenvolvimento rural sustentável se faz a partir da integração das dimensões já referendadas, salienta-se que, neste estudo, em razão da proposta de pesquisa

3 Como é o caso da atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que trata da necessidade de a Extensão Rural trabalhar sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável e das políticas de crédito rural para os agricultores familiares. O PRONAF Eco e o PRONAF Agroecologia são exemplos que visam a oferecer recursos financeiros para a recuperação de áreas degradadas e reflorestamento das propriedades ou reconversão de sistemas produtivos intensivos em uso de produtos químicos por outros menos agressivos ao meio ambiente (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

já detalhada anteriormente, será dada ênfase à dimensão **ambiental**. CAPORAL e COSTABEBER (2003) delimitam como dimensão ambiental a manutenção, recuperação dos recursos naturais, redução do uso dos recursos não-renováveis e da emissão de resíduos, que sustentam e estruturam a vida e a reprodução das sociedades humanas e demais seres vivos. Para manter assegurada a dimensão ambiental, é preciso a implementação de estratégias que contemplem a reutilização de materiais e energia dentro da própria propriedade, assim como a redução e/ou eliminação do uso de insumos tóxicos.

Por meio das estratégias citadas acima a dimensão ambiental contribui para a sustentabilidade ambiental do meio rural. Na sustentabilidade ambiental, leva-se em consideração a preservação e a conservação dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade em geral e de produção agropecuária em particular, pensando sempre nas atuais e futuras gerações (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Dentro da diversidade encontrada no meio rural, determinados sistemas produtivos e formas de ações frente aos recursos naturais (quando projetados de forma sustentáveis) podem garantir de forma mais eficiente a construção de um desenvolvimento rural sustentável, como é o caso das formas de gestão e produção agropecuárias praticadas pelos agricultores familiares, especialmente as orgânicas e as agroecológicas, cujos fundamentos estão alicerçados sobre as bases produtivas que consideram a cultura e o saber dos agricultores.

3.2 As novas gerações de agricultores familiares

Conforme o Censo Agropecuário 2006 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), de um total de 5.175.489 estabelecimentos, 4.367.902 são estabelecimentos de agricultura familiar (representando 84,4% do total), ocupando estes 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Rio Grande do Sul, 85,7% das propriedades agropecuárias são consideradas familiares.

A definição do termo agricultura familiar é uma tarefa complexa, em razão da grande diversidade social e econômica encontrada entre agricultores familiares. Abramovay (1998) assume ser difícil a determinação exata do conceito de agricultura familiar, mas considera três elementos básicos para sua definição: gestão, propriedade e trabalho familiar. De acordo com o Abramovay (1998, p.146), "a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento".

Segundo Gasson e Errington (1993), os principais elementos para uma conceituação sobre a agricultura familiar é a gestão estar nas mãos dos proprietários unidos por laços de parentesco; é responsabilidade de todos os

membros da família prover capital para a propriedade; o trabalho é feito pela família vivendo todos os membros na propriedade.

Além das características já citadas, um dos aspectos fundamentais da agricultura familiar é que o patrimônio e a gestão da propriedade são repassados de geração em geração (GASSON & ERRINGTON, 1993), ou seja, as propriedades são passíveis de sucessão – condição em que um dos filhos assume o lugar do pai, em caso de aposentadoria ou falecimento dos gerentes (BLUM, 2001).

A formação da nova geração de agricultores tem início com a socialização no trabalho na propriedade familiar. Conforme Silvestro et al. (2001), na agricultura familiar os filhos e as filhas integram-se nos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando em casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento. Nesse sentido, a agricultura familiar configura-se como uma das atividades em que os filhos mais permanecem na mesma ocupação dos seus pais, embora a ocupação agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana) (CHAMPAGNE, 1986; DIRVEN, 2010; SILVESTRO et al., 2001).

Atualmente pesquisas como as de Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001) e Brumer e Spanevello (2008) vêm apontando a crescente saída dos jovens do meio rural. As justificativas para a saída dos jovens geralmente está atrelada à busca de novas oportunidades para a sua vida, seja para aperfeiçoar sua formação profissional ou buscar empregos (CARNEIRO, 2005). A questão central, como assinala Silvestro & Cortina (1998), é o crescente desejo dos filhos e das filhas em não reproduzir a ocupação dos pais. As consequências dessa saída é a possibilidade de não sucessão entre as propriedades familiares.

A permanência dos jovens, segundo mostram as pesquisas já citadas, é favorável sob determinadas condições: quando as propriedades são mais capitalizadas com possibilidade de realizar novos investimentos e adquirir tecnologias, renda suficiente, reconhecimento do trabalho pela família e autonomia, entre outros. Outro fator é a formação ou participação dos jovens advindos da agricultura familiar em diferentes projetos de capacitação e formação técnica profissional, os quais se tornam ferramentas motivadoras para a permanência dos jovens no campo fortalecendo as identidades desses jovens como agricultores ou como empresários rurais (ESTEVAM, 2001; MANHANI, 2000).

Nessas condições, os jovens podem apresentar mais disposição em permanecer nas atividades agropecuárias, aplicando novos conhecimentos referentes à temática do desenvolvimento rural sustentável com ênfase na sustentabilidade ambiental. Desse modo, os jovens acabam introduzindo novas técnicas em suas propriedades, melhorando as condições materiais das famílias,

umentando a renda familiar de maneira sustentada e continuada, levando assim à redução da tendência de migração (ESTEVAM, 2001).

São os jovens que permanecem no campo como agricultores que instigam a possibilidade de consolidar o desenvolvimento rural sustentável neste meio. O maior contato com os recursos naturais e com a natureza de forma geral, o conhecimento desde criança da forma de fazer agricultura e de desenvolver as atividades agropecuárias favorecem a criação de uma concepção ambiental muito mais expressiva entre os jovens do campo que entre os jovens da cidade, geralmente pouco acostumados ao contato com esses recursos (CARNEIRO, 2005).

Os jovens que permanecem no campo, na condição de sucessores, podem contribuir na consolidação do desenvolvimento sustentável do meio rural por meio de ações voltadas ao meio ambiente e aos recursos naturais. A forma como os filhos de agricultores familiares vão conduzir as propriedades em termos de conservação e preservação dos recursos naturais pode representar a implementação (tanto no curto como no médio prazo) de sistemas produtivos agropecuários mais sustentáveis ambientalmente para o meio rural. As estratégias a serem usadas por esses sucessores podem envolver a conservação da biodiversidade, o uso de sistemas orgânicos ou agroecológicos, o uso de fontes de energia renováveis, a conservação do solo e mananciais de água, entre outros. Por outro lado, a adoção de práticas que não consideram a necessidade de manter a sustentabilidade ambiental pode gerar efeitos negativos sobre a consolidação do desenvolvimento sustentável para o campo.

As práticas adotadas pelos sucessores nas propriedades têm grandes chances de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Uma das razões principais é o fato de os sucessores serem filhos de agricultores familiares. Segundo Menegetti (2010), a agricultura de base familiar possibilita melhores condições de sustentabilidade por reunir uma estratégia de harmonia entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Considerando especificamente a questão ambiental, ocorre a valorização da diversidade e biodiversidade tanto na agricultura como na pecuária. Nesse sentido, a agricultura familiar favorece maior e melhor distribuição territorial das atividades de exploração do meio, bem como a distribuição equitativa e a administração mais equilibrada e sustentada dos recursos naturais.

A sustentabilidade ambiental torna-se um fator de grande importância para o planejamento e a preservação das propriedades agrícolas, com essencial valor para o desenvolvimento socioeconômico de muitas regiões. Sendo assim, a futura geração de agricultores pode ajudar a manter a agricultura familiar como uma das principais fomentadoras do desenvolvimento rural sustentável.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos jovens

Os jovens entrevistados são predominantemente do sexo masculino, solteiros, com idade entre 15 e 24 anos, 81% possuem ensino médio incompleto e 19% possuem ensino médio completo.

As propriedades dos jovens são familiares, com área média de 30 hectares (variando de dois até 85 hectares), residindo nelas de quatro a cinco pessoas. O uso da mão-de-obra é basicamente familiar (92%), a produção é diversificada e o sustento da família predominantemente vem da produção de milho, soja, leite e seus derivados, trigo e carne suína.

A renda mensal das famílias desses jovens gira em torno de dois salários mínimos. O foco da renda são as atividades do setor agropecuário, o que implica no maior uso dos recursos naturais, quando comparadas a outras atividades de diferentes setores. Na grande maioria a renda é proveniente da venda de produtos agrícolas (70%), mas também, da renda não agrícola advinda de fora da propriedade (27%), da venda de produtos não agrícolas (21%) e aposentadoria rural (8%). Percebe-se que as famílias são pluriativas, isto é, ao menos um dos membros que integra a família exerce a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (SCHNEIDER, 2003). A pluriatividade serve para complementar a renda agrícola, quando esta é mais rentável que a agricultura, podendo estimular os jovens a permanecer no meio rural.

A perspectiva de permanência desses jovens no meio rural deve-se identificação com o meio e à tranquilidade existente, o "gosto" de lidar na lavoura e com animais e à vontade de "continuar" e "aprimorar" os negócios na propriedade.

Na avaliação dos entrevistados, as vantagens de ser um agricultor estão relacionadas a não ter hora para trabalhar ("você é seu próprio chefe"); produzir alimentos saudáveis para consumo próprio; vida mais calma e/ou livre e em contato com a natureza, menos poluição (comparativamente ao meio urbano); custo de vida menor e maior diversificação de atividades, que vai desde a produção, a subsistência até a geração de excedentes para a venda.

As desvantagens estão ligadas com as intempéries climáticas que prejudicam o rendimento das safras agrícolas; falta de incentivo e de valorização pela família do próprio jovem ou pelo poder público; estar longe da cidade; pouco tempo de lazer, em razão da dupla ou tripla jornada de trabalho exercida pelos rapazes e moças que dividem o tempo entre o trabalho na propriedade e o estudo; receber pouco pelos produtos (ou o baixo preço dos produtos agrícolas); e depender muitas vezes do governo e das políticas públicas, especialmente das relacionadas ao crédito rural.

4.2 Análise das concepções ambientais

Dentro de uma perspectiva mais ampla de análise da compressão dos entrevistados sobre a sustentabilidade ambiental, tomou-se como ponto de partida a questão do desenvolvimento sustentável. Na tentativa de expressar suas concepções sobre o significado do termo desenvolvimento sustentável, dois apontamentos foram identificados: a) o desenvolvimento sustentável tem como foco central os recursos naturais; b) o desenvolvimento sustentável tem uma dimensão mais complexa, que não aborda somente questões relacionadas à natureza, mas uma diversidade de aspectos.

No primeiro caso, observa-se o desenvolvimento equilibrado com a natureza, sem destruição, sem causar impactos ambientais, ou seja, associado de maneira mais específica à dimensão ambiental. Como cita um dos jovens, "é o desenvolvimento em integração com o meio ambiente, sem agressões". A segunda concepção expressa um entendimento mais complexo do termo desenvolvimento sustentável, mesclando aspectos ambientais, sociais e econômicos. Os entrevistados argumentam que o desenvolvimento está pautado pelo uso racional dos recursos naturais, pela necessidade de implementação de tecnologias mais limpas na produção, gerando produtividade com responsabilidade ambiental, pela necessidade de as famílias produzirem para o seu autossustento e pela otimização do uso dos recursos internos das propriedades para diminuir a dependência externa de insumos, garantindo a sobrevivência socioeconômica das famílias.

Com relação à concepção de sustentabilidade ambiental, os entrevistados expressam a conservação e a preservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos ecossistemas como prioridade na definição deste termo. Além disso, apontam ser necessário produzir de acordo com as leis ambientais, com o uso racional dos recursos naturais, ou seja, usufruir dos recursos naturais dentro do padrão legal vigente no País, não retirando da natureza mais do que "ela" possa nos oferecer. Neste caso, deve-se as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal. Um dos jovens define sustentabilidade ambiental como sendo "produzir em parceria com o meio ambiente, usufruindo dos recursos naturais com inteligência e consciência".

Ademais, a utilização de práticas sustentáveis ajuda a promover a construção do desenvolvimento sustentável. Para os jovens, sem o meio ambiente não existe vida, ou seja, as pessoas dependem "dele" para sobreviver. A atividade humana deve estar de acordo com o meio ambiente, promovendo ações benéficas, sem causar impactos. A construção dessas concepções são em boa parte reforçadas com base no acesso aos meios de comunicações (rádio, programas de televisão, internet, jornais e revistas) e na própria Escola Técnica por meio das aulas práticas e teóricas.

Percebe-se que os meios de comunicações são um indício do maior acesso à informação por parte dos jovens e da penetração expressiva desses meios no

espaço rural (situação distinta da vivida pelas gerações anteriores, quando muitos jovens não tinham acesso à internet, televisão e outros). Em menor proporção, foram citadas a Emater e a Prefeitura Municipal, contribuindo por meio da disponibilidade de técnicos de campo, palestras, reuniões, material informativo impresso e projetos.

Segundo os entrevistados, a responsabilidade das gerações mais novas, principalmente das novas gerações de agricultores, com a sustentabilidade é fundamental, pois a forma de atuação desses novos agricultores na propriedade irá refletir diretamente no meio ambiente. Nesse sentido, os jovens consideram que as práticas que são realizadas nas propriedades podem contribuir beneficentemente para a melhoria das condições ambientais do desenvolvimento rural sustentável. Segundo os entrevistados, toda e qualquer prática que visa à preservação do meio ambiente pode ter um efeito positivo sobre os recursos naturais, seja direta ou indiretamente. Para eles, não interessa o tamanho da ação praticada, mas a forma de praticar. Alguns jovens acreditam que poderia até resolver problemas como a estiagem, pois é um fato com o qual que o Rio Grande do Sul convive há décadas, que prejudica a produtividade das lavouras e da pecuária e afeta o rendimento e a vida da população rural.

A preocupação com a importância da sustentabilidade ambiental é vista pelos jovens entrevistados como muito mais expressiva que nas gerações anteriores. Os filhos de agricultores são mais preocupados em relação aos pais e aos jovens urbanos. Os fatores explicativos, especialmente em relação aos pais: filhos têm mais conhecimento pelo fato de terem acesso a mais informações, estão mais "ligados" no assunto e são mais escolarizados que os pais. Um dos entrevistados coloca que "a maioria dos pais não estudaram muito, então parece que pararam no tempo, tendo menos noção desses assuntos".

O Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2010) revelou que **mais de 80% dos produtores agropecuários são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental. Considerando as mulheres**, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto entre os homens essa taxa é de 38,1%. A maior facilidade de acesso aos estudos faz com que a educação reflita nas perspectivas futuras destes jovens, principalmente nas profissionais. Estudos mostram que o grau de escolaridade dos filhos (moças e rapazes) é maior que a de seus pais e que moças têm mais anos de estudos do que os rapazes (SPANVELLO, 2003; BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2005).

Além da maior escolaridade, os jovens afirmam que a maior preocupação está relacionada à consciência dos filhos de agricultores, pelo motivo de terem mais conhecimento sobre o assunto e oportunidade de acesso a informações. Outros alegam que "será nosso futuro, por isso estamos mais preocupados e informados" e que "esta preocupação vem daqueles que pretendem permanecer no meio rural". Em contrapartida, 20% dos entrevistados dizem que os filhos de agricultores não se preocupam mais que seus pais quando se trata de assuntos relacionados à sustentabilidade ambiental, porque comentam que os mais jovens

não se preocupam com o meio ambiente, que alguns só pensam em destruir a natureza.

Além da responsabilidade das gerações mais novas, os jovens avaliam que as características das propriedades (agricultura familiar) relacionadas ao seu tamanho e formas de produção reforçam a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Para que isso aconteça, é preciso o agricultor se “conscientizar ambientalmente”, procurar conhecimento técnico e direcionar suas ações para tal finalidade. Para os agricultores, trabalhar sob essa ótica não é difícil, pois, conforme argumentam os entrevistados, eles são os que mais “lidam” próximos dos recursos naturais. Para os jovens, a alternativa para melhorar as condições de sustentabilidade ambiental é trabalhar em ações que tenham esse foco. Dessa forma, pode-se contribuir de forma significativa com o desenvolvimento rural sustentável.

4.3 Práticas ambientais

No tocante às práticas ambientais considera-se como ponto inicial desta discussão que as ações adotadas pelos jovens são fundamentais na criação ou manutenção de propriedades rurais que preservam os recursos naturais e, conseqüentemente, podem possibilitar um meio rural mais sustentável.

Os quadros 1 e 2 a seguir mostram as práticas consideradas importantes pelos jovens para promover a sustentabilidade ambiental. As práticas foram divididas em produção: relacionada à forma de conduzir as atividades agropecuárias (Quadro 1) e conservação: diz respeito à manutenção, (re)aproveitamento dos recursos, reconversão ou inclusão de ações menos impactantes aos recursos naturais da propriedade como um todo (Quadro 2).

O ponto de partida dessa discussão realizada com os entrevistados é observar as práticas já realizadas nas suas propriedades pela família e pelo próprio jovem; como segundo aspecto analisar as práticas que os entrevistados consideram importantes para garantir a sustentabilidade ambiental nas propriedades, e como terceiro aspecto verificar as práticas que os entrevistados (na condição de gestores das propriedades dos pais) pretendem implementar.

Práticas já realizadas	Práticas consideradas importantes para atingir a sustentabilidade	Práticas a serem implementadas
PRODUÇÃO		
Produção diversificada de culturas (89%)*	Uso e manejo adequado do solo (89%)	Controle biológico de insetos (50%)
Uso e manejo adequado do solo (81%)	Produção diversificada de culturas (81%)	Redução do uso de agrotóxicos e adubação química (50%)
Uso de insumos de origem orgânica (54%)	Uso de insumos de origem orgânica (81%)	Tratamentos alternativos para os animais (50%)
Controle biológico de insetos (31%)	Utilização do biodigestor (81%)	Uso de insumos de origem orgânica (47%)
Produção de orgânicos/ agroecológicos (20%)	Redução do uso de agrotóxicos e adubação química (69%)	Utilização do biodigestor (47%)
Não utilização de sementes transgênicas (20%)	Produção de orgânicos e/ou agroecológicos (69%)	Produção de orgânicos e/ou agroecológicos (27%)
Redução do uso de agrotóxicos e adubação química (16%)	Controle biológico de insetos (65%)	Não utilização de sementes transgênicas (27%)
Tratamentos alternativos para os animais (16%)	Tratamentos alternativos para os animais (46%)	Uso e manejo adequado do solo (20%)
	Não utilização de sementes transgênicas (27%)	

* Os percentuais expressam a quantidade de jovens que citaram tais práticas.

Quadro 1 - Práticas relacionadas à produção agropecuária

Quanto às práticas já realizadas nas propriedades referentes à parte produtiva, os entrevistados citam principalmente a produção diversificada de cultura e uso e manejo adequado do solo (envolvendo plantio direto, adubação verde e controle da erosão) como sendo as principais. Com relação à produção diversificada, observa-se que esta é uma característica da agricultura familiar, capaz de garantir não apenas a possibilidade da sustentabilidade ambiental nas propriedades, mas também a geração de mais de uma renda para a família. No conjunto das práticas citadas, nota-se a tentativa de produzir por meio de sistemas de produção mais limpos ambientalmente, especialmente reduzindo insumos químicos e/ou introduzindo insumos biológicos (como: adubo orgânico, utilização

de esterqueiras, sistemas de compostagem e calda Bordaleza) e fomentando a produção orgânica e agroecológica.

Para a garantia da sustentabilidade nas propriedades rurais, os jovens elegeram por grau de importância as práticas referentes à produção voltadas aos cuidados com o solo, diversificação de culturas, fontes renováveis de energia, diminuição do uso de insumos químicos e agrotóxicos, não utilização de sementes transgênicas, produção de orgânicos/agroecológicos, controle biológico de insetos e tratamento de animais com produtos fitoterápicos/homeopáticos.

Os entrevistados pretendem adotar práticas ambientais além das já praticadas. Observa-se a preocupação com os produtos produzidos na propriedade. Neste caso, os jovens pretendem diminuir o uso de produtos químicos e aumentar a utilização de insumos de origem orgânica.

Práticas já realizadas	Práticas consideradas importantes para atingir a sustentabilidade	Práticas a serem implementadas
CONSERVAÇÃO		
Correto destino das embalagens de agrotóxicos (66%)*	Conservação de mananciais e fontes de água (100%)	Coleta da água da chuva (70%)
Conservação de mananciais e fontes de água (65%)	Conservação da biodiversidade (93%)	Separação do lixo (58%) e correto destino (24%)
Conservação da biodiversidade (54%)	Separação do lixo e correto destino (89%)	Correto destino das embalagens de agrotóxicos (35%)
Separação do lixo domiciliar e correto destino (54%)	Recuperação ou manutenção da mata ciliar e reflorestamento (89%)	Conservação de mananciais e fontes de água (35%)
Recuperação ou manutenção da mata ciliar e reflorestamento (47%)	Coleta da água da chuva (89%)	Conservação da biodiversidade (31%)
Coleta da água da chuva (23%)	Correto destino das embalagens de agrotóxicos (89%)	Reflorestamento (31%) e recuperação ou manutenção da mata ciliar (24%)

* Os percentuais expressam a quantidade de jovens que citaram tais práticas.

QUADRO 2 - Práticas relacionadas à conservação

Outra prática a ser utilizada é referente à produção pecuária, substituindo tratamentos convencionais por tratamentos alternativos (fitoterápicos e/ou homeopáticos) e controle biológico de insetos. Ademais, os entrevistados reforçam a possibilidade de implantar também o uso de biodigestor como fonte de energia. A produção de orgânicos/agroecológicos, a não utilização de sementes transgênicas (organismos geneticamente modificados) e o uso e manejo adequados do solo com plantio direto, adubação verde e controle da erosão também foram apontadas.

No referente às práticas de conservação dos recursos já realizadas na propriedade, os entrevistados citam como centrais o correto destino das embalagens de agrotóxicos (lavagem triplíce e recolhimento pelas empresas), conservação dos mananciais e fontes de água, da biodiversidade (flora e fauna), recuperação ou manutenção da mata ciliar e correto destino do lixo domiciliar. Essas práticas estão relacionadas à conservação dos recursos, tanto a médio como a longo prazo.

Essas práticas (tanto as de produção como as de conservação) são realizadas na maioria das propriedades por toda família (considerando pai, mãe, irmãos e o próprio jovem). Em algumas propriedades também são realizadas por outros membros da família, como tios(as) e avós(as).

As práticas ambientais relacionadas à conservação que os jovens consideram relevantes estão basicamente ligadas aos recursos naturais - mananciais e fontes de água, principalmente, e à biodiversidade (fauna e flora). Além desses, considera-se também a separação dos resíduos produzidos na propriedade (seco e orgânico) e o correto destino destes, o reflorestamento, a recuperação/manutenção de mata ciliar, a coleta da água da chuva para posterior utilização e o correto destino das embalagens de agrotóxicos.

A prática mais mencionada entre os jovens para futura implementação é o recolhimento da água da chuva para posterior utilização, podendo servir para uso humano (tendo devido tratamento), para criação de animais e produção de alimentos. A segunda é a separação do lixo seco e orgânico, o que não acontece em mais da metade das propriedades dos jovens participantes desta pesquisa. Percebe-se que as práticas relacionadas à manutenção de recursos naturais, como água, biodiversidade, matas, florestas e correto destino de resíduos, podem ser consideradas secundárias em termos de importância para os entrevistados, não sendo citadas como as mencionadas acima.

Quando questionados sobre que práticas trabalhariam de forma distinta dos pais ou responsável, os jovens apontam como principal fator reduzir o uso de agrotóxicos na agricultura, ter maior preocupação com o solo, recuperar áreas degradadas e conservar de maneira correta o meio ambiente e os recursos naturais.

Conforme os entrevistados, as principais dificuldades que enfrentaram ou que irão enfrentar para a implantação das práticas estão ligadas às condições internas da propriedade, como a falta de apoio dos pais e de recursos econômicos para investimento, a infraestrutura da propriedade e o conhecimento técnico, e as condições externas como pouco incentivo do poder público e de instituições públicas de extensão rural.

5 CONCLUSÕES

Os jovens pesquisados mostram-se preocupados com os assuntos relacionados à sustentabilidade das propriedades rurais em maior proporção que

as gerações anteriores. Isso se deve ao maior acesso à informação que esta nova geração de agricultores tem contato, comparativamente aos seus pais.

A pesquisa permitiu verificar que os jovens compreendem a importância do seu papel na conservação dos recursos naturais no interior das propriedades em que serão gestores. Essa compreensão é "medida" sob um conjunto de práticas já desenvolvidas ou que serão futuramente aplicadas nas propriedades por esta nova geração de agricultores.

As práticas estão essencialmente voltadas à redução e substituição de insumos nos sistemas produtivos ou ainda com possibilidade de reconverter os sistemas produtivos atuais por outros mais sustentáveis, ou voltadas à conservação dos recursos, com foco nos que mais chamam a atenção hoje em razão da legislação ambiental vigente, como a água e a mata ciliar. Tanto nas práticas voltadas à produção como nas voltadas à conservação, a ideia central dos entrevistados é reforçar a questão da preservação dos recursos no médio e longo prazo.

Importante frisar que o foco da pesquisa foram jovens que pretendem permanecer nas propriedades dos pais. A concretização dessa permanência e a aplicação nas propriedades das práticas levantadas podem não se concretizar. Neste caso, torna-se oportuno realizar pesquisas futuras para verificar a efetiva permanência dos jovens como agricultores e com que práticas (dentre as mostradas neste estudo) os entrevistados vêm trabalhando para garantir a sustentabilidade das suas propriedades e do meio rural como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998a.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998b.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. 3. ed., Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Relatório de Pesquisa.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas ao desenvolvimento rural sustentável**. In: VELA, H. (Org.). Santa Maria: Palotti, 2003.

CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 46.

DIRVEN, M. **La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano**: propuestas preliminares. Santiago do Chile, 2001. p. 1-26. Disponível em: <www.iica.org.uy/redlat/docu17.doc>. Acesso em: 27 mar. 2010.

ESTEVAM, D. de O. **Casa familiar rural**: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

MANHANI, D. C. **Uma avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais**: Projovem. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MENEGETTI, G. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. 2006. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SILVESTRO, M. & CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.11, n.4, p.5-8, dez. 1998.

SPANVELLO, R. M. **Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação atual e perspectivas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

TOMMASINO, H. Sustentabilidad rural: desacuerdos y controversias. In: TOMMASINO, H.; HEGEDUS, P. de (Orgs.). **Extension: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Departamento de publicaciones de la Facultad de Agronomía, 2006. p. 79-98.

